Nos domínios de Castela, sob a Coroa espanhola, por volta do pelo século XVI, a expansão do aparato burocrático do Estado abriu um mercado inusitado, com a criação de numerosos postos para o atendimento de necessidades militares e administrativas do reino. As "letras", entendida como uma carreira a serviço da Igreja e do Estado, eram as formas mais eficazes de ascensão social. As universidades, por sua vez, convocadas a emprestar a sua contribuição à formação dessa nova classe de funcionários, passaram, em pouco tempo de duas para vinte, reunindo uma população estudantil em torno de 20 mil pessoas ao ano. Logo, produzia-se, por ali, mais diplomados do que a burocracia podia absorver. A solução veio rápida, afinal aos agentes do Estado nunca faltaram recursos e motivação para seus exercícios regulatórios. O atestado de "limpeza de sangue", processo seletivo sutil, concebido pelos planejadores da época, afastando as linhagens "manchadas" pela ascendência moura ou judia, freou a produção de doutores e letrados, pondo ordem no mercado de emprego.

O "numerus clausus" adotado em muitos países do ocidente, onde floresceu o ensino universitário, funcionou como uma espécie de "limpeza social", servindo como processo regulador e, ao mesmo tempo, seletivo, pelo qual as oportunidades não se distribuíam a todos. A questão pode ser vista, a um só tempo, como reserva de privilégios à elite dominante, ou como mecanismo tipicamente capitalista de adequação da demanda por educação às possibilidades da oferta de empregos. Em qualquer uma das hipóteses que se tome como referência, em um amplo processo de mobilidade e ascensão social, continua de pé a questão que não pode ser omitida: qual o uso e a destinação do diploma universitário?

Afora as funções reservadas aos pesquisadores, no âmbito das ciências puras e aplicadas, dos quais se exigem elevados padrões de qualificação, por essa razão, uma minoria, as nossas universidades permaneceram fiéis ao compromisso de formar profissionais para o mercado e a economia. Diz-se que a instituição cumpre, assim, inalienável compromisso social. Não se pode dizer o contrário, ainda que os graduados, egressos das universidades brasileiras demonstrem, no geral, débil capacitação para o exercício de funções para as quais foram pretensamente preparados.

O princípio baseado no reconhecimento do direito de todos a ingressar na universidade foi desfraldado no dogma dos anseios redentoristas, razoáveis e dignos de reverência, não estivéssemos embarcando em um equívoco arriscado. Em primeiro lugar, escapa às possibilidades da universidade - e à sua vocação de origem - promover as grandes reformas sociais que, na verdade, hão de vir, quando vierem, pela interveniência de outras instâncias mais poderosos para a realização do bem comum. Secundo, seremos o único país deste atormentado planeta, caso se realizem esses ideais, a garantir "universidade para todos", ignorando uma prosaica realidade, a incapacidade do chamado mercado de emprego para absorver essa mão de obra diplomada. Terceiro, privilegiando a generosa unção e tonsura de legiões de bacharéis e doutores para um mercado em processo de mudança e de hipertrofia, pelo menos à vista das atuais carreiras universitárias, relegou-se à formação de profissionais de nível médio ao esquecimento, enquanto se multiplicam as oportunidades de novos empregos para trabalho qualificado em relação aos baixos níveis de oferta, a dar-se crédito à queixa dos empresários do setor.

O contingente de vagas não preenchidas com as bolsas do PROUNI, conforme noticia a imprensa, parece exprimir uma realidade que poucos desejam enxergar. Associado este fato às elevadas taxas de evasão nos cursos superiores, em instituições públicas ou privadas e à dramática taxa de desemprego entre profissionais egressos das universidades, temos um problema a considerar.

Para nosso desalento e dos que encontram ainda razões para a prática olímpica do otimismo, lembremo-nos que já assistimos a esse filme, encenado por outros atores e realizado por outros diretores. A platéia é que continua a mesma.